

# Editorial

---

Chegamos ao terceiro número do septuagésimo-segundo volume da Revista do Serviço Público (RSP) com sete artigos inéditos que certamente despertarão novas indagações acerca dos três temas que norteiam as publicações deste periódico, quais sejam: *Administração e Gestão Pública, Políticas Públicas e Economia do Setor Público*.

No primeiro artigo, Janaína M. Fernandes trata da questão dos imigrantes no Brasil. Estima-se que, no período de 2011 a 2019, o governo brasileiro recebeu cerca de 239 mil solicitações de refúgio. No mesmo período, o Conare apreciou cerca de 54 mil, cerca de 23% do total. A autora analisa os diversos gargalos do processo administrativo de suporte à entrada de imigrantes no país e traça algumas sugestões de melhoria.

As políticas públicas se fazem presentes no segundo artigo, de autoria de Luis Paiva, Leticia Bartholo e Marconi Sousa, que trata do Programa Bolsa Família (PBF). Por meio dos dados da Pnad Contínua, os autores fazem duas análises contrafactuais. Apesar de sua importância, os resultados evidenciam que o PBF reduz apenas marginalmente a extrema pobreza (medida pela linha inferior de elegibilidade do Programa Bolsa Família, de R\$ 89 *per capita*/mês).

Cinara Lobo e Valéria Fchine tratam do problema da descentralização dos recursos da educação, especificamente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Parcerias com instituições federais de ensino superior (Ifes) foram utilizadas para executar o programa. Os resultados indicam que a proximidade com os públicos assistidos e o conhecimento que possuem das particularidades locais ajudam na viabilização do PNAE.

No quarto artigo, Bartolomeu Marques e coautores fazem especulações teóricas sobre a governança portuária federal brasileira a partir de uma revisão da literatura. Segundo os autores, no caso do Brasil, verifica-se um processo lento e reativo na configuração do setor portuário, quando essa atividade era predominantemente controlada pelo Estado. A partir dos anos 1990, com a participação privada, a governança se aperfeiçoou, e o desafio atual, dizem os autores, passa pelo maior envolvimento de outros atores qualificados nesse processo, como as instituições de ensino superior (IES).

Adriana Pinheiro e Suely Araújo, no quinto artigo, analisam a influência dos governos estaduais no Congresso Nacional. Por meio de técnicas de rastreamento de processos e análise de conteúdo de proposições, pareceres técnicos, votações e notas técnicas, além de entrevistas com alguns envolvidos no processo de renegociação de dívidas feitas em 2018, as autoras encontram evidências de que a centralização do Poder Executivo federal no processo legislativo brasileiro não é absoluta.

O sexto artigo, de Eduardo Silva e coautores, pergunta-se sobre se os recursos financeiros aportados pelos estados teriam impacto positivo sobre o funcionamento dos conselhos de assistência social em âmbito municipal. A amostra considera os estados de Minas Gerais e Pará. A análise, baseada no Índice de Efetividade de Participação (IEP), mostra resultados mistos, com um efeito negativo sobre as dimensões de deliberação e representação do índice e positivo em termos da dimensão de institucionalização.

No último artigo, Bóris Maia analisa a institucionalização do concurso público no Brasil durante os séculos 20 e 21. Para o autor, a busca pelo mérito e pela racionalidade formaria o argumento central usado como justificativa para a instauração de novas técnicas e práticas governamentais de admissão ao serviço público, na busca pela legitimidade dos concursos públicos ao longo do período analisado.

Desejamos a todos uma ótima leitura e esperamos encontrá-los novamente em breve.

**Claudio D. Shikida**

Editor-Chefe